



PROTOCOLO	1406615 /2021
INTERESSADO	MATHEUS D AVILA DENARDIN
ASSUNTO	REQUERIMENTO DE DIREITO AUTORAL Nº 2301
RELATORA	CONS. ANDRÉA LARRUSCAHIM HAMILTON ILHA

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se do requerimento de Registro de Direito Autoral de projeto arquitetônico intitulado “Projeto Novo Colégio Unificado Zona Sul” do Arq. Urb. Matheus D Avila Denardin, CAU nº A68296-9, protocolado em 19 de outubro de 2021.

Na documentação apresentada constam imagens em 3D e plantas, cortes e fachadas do projeto. Anexados ao processo também se encontram o Termo de Responsabilidade e troca de e-mails com o Arq. e Urb. Matheus D Avila Denardin, CAU nº A68296-9.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A propriedade intelectual é um bem imaterial, fruto da capacidade de criação de novos produtos, processos, obras literárias, artísticas e científicas, símbolos, nomes, imagens e desenhos. Visando assegurar a proteção da propriedade intelectual, no sentido de resguardar sua exploração, surgiu o Direito de Propriedade Intelectual, que garante exclusividade aos seus titulares e abrange dois grandes ramos, dentre eles a Propriedade Industrial e o Direito Autoral. Nas precisas palavras de Eduardo Vieira Manso, direito autorial é: “o conjunto de prerrogativas de ordem patrimonial e de ordem não patrimonial atribuídas ao autor de obra intelectual que, de alguma maneira, satisfaça algum interesse cultural de natureza artística, científica, didática, religiosa, ou de mero entretenimento.” (Fonte: livro, o que é direito autorial? 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002, 99 pp.).

O principal dispositivo legal que regula os direitos autorais é a Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direito Autoral), entendendo-se como direito autorial os direitos de autor e os que lhes são conexos. Fundamentalmente, o Direito Autoral, previsto no artigo 5º, XXVII e XXVIII, “a” e “b”, visa proteger a expressão de ideias, mais precisamente das obras intelectuais reguladas na Lei nº 9.610/1998. Dentre as obras intelectuais sobre as quais recai a proteção autorial dos Arquitetos e Urbanistas estão os projetos, esboços e obras plásticas, nos termos do artigo 7º, X, da Lei nº 9.610/1998. Segue dispositivo legal:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.

Ainda, consoante artigo 19 da Lei nº 9.610/1998, em conjunto com o artigo 17 da Lei nº 5.988/1973 (artigo ainda em vigor e referendado pelo artigo 19 da Lei de Direito Autoral) conclui-se que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo é o órgão afim para registro de tais obras arquitetônicas. Seguem dispositivos legais:



Lei 9.610/1998

“Art. 19. É facultado ao autor registrar a sua obra no órgão público definido no caput e no § 1º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.”

Lei nº 5.988/73

“Art. 17. Para segurança de seus direitos, o autor da obra intelectual poderá registrá-la, conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§ 1º Se a obra for de natureza que comporte registro em mais de um desses órgãos, deverá ser registrada naquele com que tiver maior afinidade.”

Cabe destacar que a Resolução nº 67 do CAU/BR dispõe sobre os direitos autorais na Arquitetura e Urbanismo e estabelece normas e condições para o registro de obras intelectuais no Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Conforme art. 7º da referida Resolução, para fins de direitos autorais é facultado ao arquiteto e urbanista, brasileiro ou estrangeiro, com registro ativo no CAU/RS registrar neste conselho projeto ou outro trabalho técnico de criação de sua autoria que se enquadre nas atividades, atribuições e campos de atuação da arquitetura e urbanismo, conforme os artigos 2º e 3º da lei 12.378, de 2010, e as resoluções do CAU/BR. Ainda, conforme a Resolução nº 67 do CAU/BR, tem-se os seguintes dispositivos legais:

“Art. 8º. O registro deverá ser solicitado pelo Arquiteto e Urbanista por meio de requerimento específico disponível no ambiente profissional do sistema de informação e comunicação do conselho de arquitetura e urbanismo (SICCAU).

Parágrafo único. O requerimento a que se refere o caput deverá ser instruído com cópia, certificada digitalmente, do correspondente projeto ou trabalho técnico de criação em Arquitetura e Urbanismo, com descrição de suas características essenciais.

Art. 9º O requerimento constituirá processo administrativo a ser submetido à apreciação da comissão de exercício profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da unidade da federação (CEP-CAU/UF) pertinente, que, após o exame dos autos, deliberará acerca do registro requerido.

§ 1º a CEP-CAU/UF, quando julgar necessário, poderá efetuar diligências ou requisitar outros documentos para subsidiar sua análise e decisão acerca da matéria.”

Nessa seara, seguem abaixo os seguintes artigos da Resolução 67, os quais dispõem o seguinte:

“Art. 10. Pela análise do processo administrativo será cobrado, a título de expediente, o valor de 2 (duas) vezes a taxa de RRT. Parágrafo único. O pagamento a que se refere o caput deverá ser efetuado no ato do requerimento e independe de deferimento do pleito.



Art. 11. O registro deverá ser efetuado com base nas informações do requerente, sendo estas de inteira responsabilidade do mesmo.

Art. 12. Deferido o registro, este será cadastrado no SICCAU com os seguintes dados:

I - número de ordem;

II - data do registro;

III - identificação do autor ou, se for o caso, dos coautores;

IV - identificação e descrição da obra intelectual registrada.”

É importante mencionar que o registro da obra intelectual é um ato meramente declaratório, que estabelecerá apenas uma presunção de anterioridade em relação a outros registros com características similares. Ressalta o CAU/RS que, diferente da patente ou registro da Propriedade Industrial, o registro das obras intelectuais não é a exclusiva condição para a proteção autoral, pois o Direito Autoral nasce com a criação da obra intelectual, conforme dispõe a lei 9.610/1988.

VOTO

Em face do exposto, opino pelo deferimento do Registro de Direito Autoral de projeto arquitetônico intitulado “Projeto Novo Colégio Unificado Zona Sul” do Arq. Urb. Matheus D Avila Denardin, CAU nº A62743-7.

Cabe frisar que a referida obra apresenta descrição de suas características essenciais, enquadrando-se, ainda, nas atividades, atribuições e campos de atuação da arquitetura e urbanismo, conforme os artigos 2º e 3º da lei 12.378, de 2010, e as resoluções do CAU/BR.

É importante mencionar que o registro da obra intelectual é um ato meramente declaratório, que estabelecerá apenas uma presunção de anterioridade em relação a outros registros com características similares.

Porto Alegre - RS, 9 de novembro de 2021.

Andréa Larruscahim Hamilton Ilha

Conselheira Relatora